

# ARQUIVOS PESSOAIS DE CIENTISTAS E CONSERVACIONISTAS: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA (INMA)

Personal files of scientists and conservationists: the experience of the instituto nacional da mata atlântica (INMA)

Archivos personales de científicos y conservacionistas: la experiencia del instituto nacional de mata atlántica (INMA)

ALYNE DOS SANTOS GONÇALVES\*

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420230202>

---

<sup>1</sup>Instituto Nacional da Mata Atlântica – Santa Teresa, ES, Brasil.

\*Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); pesquisadora CNPq no INMA (alyneazul79@gmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-5211-5219>

Artigo recebido em 14 de janeiro de 2023 e aprovado para publicação em 06 de março de 2023.

## RESUMO

Este artigo apresenta alguns resultados da nova linha de pesquisa do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), referente a arquivos de cientistas e conservacionistas. Entre os pioneiros da ciência e conservação da Mata Atlântica estão: Augusto Ruschi, Alvaro Aguirre, Ademar Coimbra-Filho e Ibsen Câmara, cujos documentos encontram-se em tratamento arquivístico no INMA. Ao transformar suas memórias em patrimônio cultural e educativo, pretende-se reforçar ou criar identidades sociais conectadas a discursos ambientalmente responsáveis. Considerando o pouco que resta desse bioma, torna-se estratégico manter e organizar os registros de seu passado recente, ampliando e qualificando o acesso público a essas fontes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos pessoais; Mata Atlântica; Augusto Ruschi; Ademar Coimbra-Filho; Alvaro Coutinho Aguirre; Ibsen de Gusmão Câmara.

## ABSTRACT

This article presents some results of the new research line of the Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA), referring to files of scientists and conservationists. Among the pioneers of science and conservation of the Atlantic Forest are: Augusto Ruschi, Alvaro Aguirre, Ademar Coimbra-Filho, and Ibsen Câmara, whose documents are being archived at INMA. By transforming their memories into cultural and educational heritage, it is intended to reinforce or create social identities connected to environmentally responsible discourses. Considering the little that remains of this biome, it becomes strategic to maintain and organize records of its recent past, expanding and qualifying public access to these sources.

**KEYWORDS:** Personal files; Atlantic forest; Augusto Ruschi; Ademar Coimbra-Filho; Alvaro Coutinho Aguirre; Ibsen de Gusmão Câmara.

## RESUMEN

Este artículo presenta algunos resultados de la nueva línea de investigación del Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) sobre los archivos de científicos y conservacionistas. Entre los pioneros de la ciencia y la conservación de la Mata Atlântica se encuentran Augusto Ruschi, Alvaro Aguirre, Ademar Coimbra-Filho e Ibsen Câmara, cuyos documentos están siendo archivados en el INMA. Al transformar sus memorias en patrimonio cultural y educativo, se pretende reforzar o crear identidades sociales conectadas a discursos ambientalmente responsables. Considerando lo poco que queda de este bioma, es estratégico mantener y organizar registros de su pasado reciente, ampliando y cualificando el acceso público a estas fuentes.

**PALABRAS CLAVE:** Archivos personales; Mata Atlântica; Augusto Ruschi; Ademar Coimbra-Filho; Alvaro Coutinho Aguirre; Ibsen de Gusmão Câmara



## INTRODUÇÃO

Quando, em 1943, o historiador francês Alexandre Koyré classificou como “Revolução Científica” os escritos e invenções de Galileu Galilei, René Descartes, Robert Boyle, Isaac Newton e outros, a Europa do século XVII passou a ser considerada o locus de origem da “ciência moderna” — um processo acumulativo de conhecimentos “verdadeiros” sobre o mundo, supostamente livres de condicionamentos subjetivos ou sociais, que evolui para um conjunto de teorias sempre mais abstratas (Shapin, 1999).

Caracterizada por enunciados e procedimentos universalmente aceitos, a “ciência revolucionária” era percebida como um fluxo linear, contínuo, orgânico e sempre ascendente que ignorava problemas e métodos propostos de maneira alternativa. Em decorrência disso, a Ciência e o Método Científico eram concebidos, no singular e com letra maiúscula, como entidades autônomas e orgânicas, e a “comunidade científica” como um agrupamento de especialistas que cooperariam entre si de maneira desinteressada, para o bem da “Humanidade” (Bourdieu, 1983; Debus, 2004; Figueirôa, 2007; Pestre, 1996).

Nessa abordagem, o papel da história da ciência seria descrever os enunciados e as descobertas, a gênese e as sucessivas etapas que teriam conduzido as sociedades ao progresso científico do presente. Além disso, essa abordagem priorizava relatos sobre os “grandes cientistas”, os quais protagonizaram rupturas paradigmáticas no modo corrente de conceber a realidade, destacando a abnegação e disciplina de “homens à frente de seu tempo” (Figueirôa, 2001).

Entretanto, a partir da década de 1960, surgiram críticas a essa abordagem. Primeiro, assumiu-se que o desenvolvimento *das ciências* também se relacionava a fatores considerados extracientíficos, a exemplo do misticismo na obra de Paracelso e da alquimia, na de Newton. A ruptura definitiva com a ideia de “Ciência”, progressista e acumulativa, ocorreu no início dos anos 1970 com os chamados estudos sociais das ciências. Suas contribuições redundaram em um conceito desmistificado de ciência (agora, com letra minúscula), no qual ela — ou melhor, *elas* são concebidas como atividades específicas, com regras e procedimentos próprios, desenvolvidas por seres humanos interagindo entre si e com o mundo biofísico (Latour, 1994; Pestre, 1996).

A partir daí, a história *das ciências* passou a privilegiar a historicidade do discurso científico em detrimento de genealogias acerca das descobertas de cientistas ilustres, conferindo maior atenção ao contexto social, político e econômico do evento científico analisado (Ferraz; Afonso-Goldfarb; Waisse, 2013: 45). No Brasil, especialmente a partir dos anos 1980, diversos profissionais preferiram compreender as articulações entre ciência, política e cultura

na produção de novas maneiras de perceber o mundo, ao invés de se dedicarem ao discurso laudatório sobre efemérides (Benchimol; Edler; Sá, 2013).

Essa nova prática historiográfica refletiu-se, entre outros aspectos, na importância cada vez maior atribuída à preservação e à organização de *arquivos pessoais*, isto é, de documentos produzidos ou mantidos “por uma pessoa física (cidadão, profissional, membro de uma família ou elemento integrante de uma sociedade)”, os quais, “preservados para além da vida dessa mesma pessoa, constituem seu testemunho, como um conjunto orgânico, podendo então ser abertos à pesquisa pública” (Bellotto, 2008: 265-266).

Esses registros foram e ainda são acumulados por diferentes razões, seja pela exigência social de controlarmos as ações cotidianas; pelo “desejo de testemunhar” ou de oferecer ao mundo uma “escrita de si” — “provas da verdade” daquilo que dizemos sobre nós mesmos; ou, ainda, como um repositório de cartas, anotações, estudos, projetos, fotografias que auxiliem a memória em empreendimentos futuros (Artières, 1998: 28; Heymann, 2012: 53-54).

Se o “arquivamento da própria vida” segue sendo hoje, como antes, motivado pelas mesmas razões observadas por Artières (1998), os critérios para selecionar aqueles registros que serão preservados em detrimento de outros estão em mudança constante. Segundo Bellotto (2008), nem todo conjunto documental despertará o interesse científico, político ou artístico de uma comunidade. O valor patrimonial dos arquivos permanentes — arquivos pessoais aí incluídos — derivam da possibilidade de (re)construção de identidades sociais a partir das informações sobre como as pessoas pensavam e agiam no passado, bem como da transmissão cultural destes. Daí a utilidade de uma definição mais estrita para arquivo pessoal, pensando-o como:

[...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (Bellotto, 2008: 266).

Explorar esses arquivos oferece ao pesquisador mais do que ele normalmente encontra em livros, artigos publicados e relatórios técnicos — produtos finais de uma pesquisa científica ou tecnológica. O historiador das ciências está interessado também nos “caminhos percorridos até que um projeto tenha sucesso”: os apoios e patrocínios recebidos, o ambiente social e político que permitiu seu sucesso ou fracasso, a estrutura institucional que lhe deu



acolhida, os procedimentos adotados, as dificuldades enfrentadas para seu desenvolvimento (Silva; Trancoso, 2015: 850).

Organizar e manter arquivos pessoais não significa, portanto, guardar e expor vestígios de um passado morto, estático. Ao resgatar determinadas memórias individuais e transformá-las em patrimônio cultural, essas atividades reforçam ou até mesmo constroem identidades. Esses “investimentos em memória”

[...] visam ancorar no passado as posições que os protagonistas desses investimentos ocupam no presente ou pretendem ocupar no futuro [...] a memória é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas sobre o futuro. Vale destacar, ainda, que a memória, objeto central dos empreendimentos, confere legitimidade ao projeto institucional e aos agentes sociais que a ele se dedicam (Heymann, 2005: 3-9).

Diante desse potencial criador, os arquivos vêm ganhando novas funções ao longo do tempo. Historicamente, a razão de ser dessas instituições é a de recolher, preservar e organizar fundos documentais produzidos pela administração municipal, estadual e federal, de modo que eles possam ser convertidos em fonte de informação para agentes públicos, historiadores e cidadãos em geral. No entanto, pelo menos desde 1982, bibliotecas e arquivos passaram a ser pensados no Brasil também como instituições com funções educativas e culturais, capazes de alcançar novos públicos (Cabral, 2012). O mesmo pode ser dito para os arquivos pessoais.

O elo entre sociedade e arquivo é feito por meio da difusão cultural e educativa, isto é, por meio da “comunicação e vulgarização dos acervos, independentemente da vontade do consulente ou da curiosidade do pesquisador”. Dessa maneira, o investimento na publicização dessas fontes documentais — desde a divulgação em redes sociais até o trabalho formativo com docentes e discentes — passa a ser estratégia prioritária para que a sociedade valorize e se aproprie desse patrimônio (Barbosa; Silva, 2012: 46). Para tanto, é preciso que ela “compreenda o arquivo como espaço de coleta, preservação, mas também como lugar de criação de conhecimentos e de lazer cultural” (Cabral, 2012: 37).

As ações de difusão de arquivos para um público de pesquisadores profissionais, mas também de não especialistas e de estudantes, compreendem um leque variado de possibilidades, que vão desde estratégias mais tradicionais de divulgação, como palestras, publicação de livros e periódicos, até atividades mais dinâmicas e participativas, como exposições culturais e oficinas de preparação de materiais didáticos, passando pelo domínio de linguagens contemporâneas, como o desenvolvimento de conteúdo digital para a internet e redes sociais. Seu objetivo é “incitar a investigação, sugerir interpretações das fontes, produzir leituras da

história, dar a conhecer o universo documental com a linguagem que o público final entende” (Barbosa; Silva, 2012: 46).

Embora o debate não seja tão novo assim, o uso de centros de informação para ações culturais e educativas é ainda incipiente entre nós. Nesse sentido, essas iniciativas demandam pesquisa, comunicação, ação pedagógica e uso da tecnologia por parte da instituição de guarda. Por isso, elas ultrapassam as competências de historiadores e arquivistas e buscam o engajamento multidisciplinar de jornalistas, publicitários, professores, pedagogos, revisores etc. — além, é claro, do próprio cidadão (Cabral, 2012).

Recuperar as ideias, as estratégias e as redes pessoais e políticas de cientistas e conservacionistas faz parte do empreendimento de construção identitária por instituições ligadas ao conhecimento e proteção da natureza. Em relação ao caso em tela — o do Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) —, trata-se não apenas de custodiar as memórias relativas à ciência e conservação desse bioma, mas também do esforço de construir sua própria identidade<sup>1</sup> e, simultaneamente, contribuir para a disseminação de conhecimentos sobre a Mata Atlântica, em prol da biodiversidade e da qualidade de vida da população brasileira (Instituto Nacional da Mata Atlântica, 2021).

Este artigo busca apresentar os primeiros resultados alcançados pela área de história das ciências do subprograma “Arquivos históricos e produção científica sobre a Mata Atlântica e a conservação da natureza no Brasil”, executado no âmbito do Programa de Capacitação Institucional do INMA (PCI nº 5), bem como discutir, ainda que brevemente, o potencial educativo e cultural dos arquivos pessoais captados até o momento. Esse subprograma inaugura uma nova linha de pesquisa no INMA, com foco específico em ciência e conservação da Mata Atlântica, com o objetivo inicial de estruturar um centro de documentação especializado na preservação, organização e viabilização do acesso público (presencial e remoto) a fontes de arquivo a respeito das referidas temáticas.

## **MEMÓRIAS DA MATA ATLÂNTICA BRASILEIRA: OS ARQUIVOS DE CIENTISTAS CONSERVACIONISTAS**

**S**egundo Donald Worster (2012), a “conservação ambiental” surgiu como uma tentativa de proteger o ritmo e o tipo de mudanças características do mundo biológico contra as transformações mais abruptas em curso nas sociedades contemporâneas. Trata-se, portanto, de um esforço baseado na ideia de que preservar a coexistência da multiplicidade de seres que interagem no processo de evolução biológica é a coisa mais racional a se fazer e de que essa perspectiva deve ocupar uma posição elevada em nosso sistema de valores.

No Brasil, o movimento intelectual e político conhecido como “conservacionismo”, originado nos Estados Unidos no final do século XIX, esteve relacionado tanto a uma perspectiva utilitária de uso racional dos recursos naturais, quanto à preocupação mais restrita de preservação da natureza, especialmente verificável em diversas iniciativas de criação de áreas protegidas, com diferentes tamanhos, objetivos e graus de salvaguarda (Franco; Drummond, 2009b).

Em um contexto de crescimento econômico atrelado ao rápido consumo de recursos florestais, a conservação de remanescentes naturais se tornou objeto de ação governamental, sobretudo a partir da década de 1930, com a criação de parques, reservas florestais e estações biológicas, por influência da geração de intelectuais dos anos 1920-1940, preocupada com a perda vertiginosa de diversidade biológica. Nas décadas de 1970-1980, esse movimento ganhou reforço científico internacional com o desenvolvimento da disciplina da biologia da conservação e do conceito de *biodiversidade* — a noção de que as mais variadas formas de vida devem ser preservadas pelo seu valor intrínseco e não por serem belas, agradáveis ou úteis aos humanos (Dean, 1996; Franco, 2013; Franco; Drummond, 2009b).

Falar de ciência e conservação da natureza no Brasil é, sem dúvida, falar dos pioneiros que contribuíram para a criação de um conjunto importante de áreas protegidas, para o desenvolvimento de listas de espécies ameaçadas de extinção e para o surgimento de projetos de conservação de espécies da fauna e flora nativas. Essas iniciativas demandaram grande articulação entre cientistas, instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organismos nacionais e internacionais ligados à proteção do meio ambiente (Franco, 2013; Mittermeier *et al.*, 2005).

Entre esses pioneiros, podemos citar o naturalista Augusto Ruschi, o agrônomo Alvaro Coutinho Aguirre, o primatólogo Ademar Coimbra-Filho e o contra-almirante Ibsen de Gusmão Câmara. Um dos elementos em comum na trajetória desses cientistas-conservacionistas foi a participação deles na Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), uma ONG criada em agosto de 1958, no Rio de Janeiro, por “um grupo de idealistas” interessados em “promover uma ação nacional” em favor do uso racional dos recursos naturais e da criação de “áreas reservadas de proteção” (Franco; Drummond, 2009a: 62; Urban, 1998).

O PCI 5 do INMA busca, entre outros, atender à demanda por tratamento arquivístico de novas fontes de pesquisa em história das ciências, história ambiental, ciências biológicas e conservação da natureza. Considerando o muito pouco que resta da Mata Atlântica “original”<sup>2</sup> e a vertiginosa perda de biodiversidade sofrida especialmente ao longo do século XX (Mittermeier *et al.*, 2005), torna-se estratégico organizar e divulgar registros sobre

o que foi, como evoluiu e o que tem sido feito para preservar esse bioma — uma responsabilidade assumida pelo Estado brasileiro desde a Constituição de 1988 que, em seu artigo 225º, § 4º, a declarou patrimônio nacional (Brasil, 1988).

Em 1990, a Fundação SOS Mata Atlântica realizou o *Workshop Mata Atlântica*, a fim de elaborar as recomendações para a regulamentação do referido artigo constitucional. Um dos principais resultados do evento foi ampliar a área territorial desse bioma, de modo a abranger, a partir de então, diferentes tipos florestais (florestas ombrófilas densa e mista; estacional decidual; e semidecidual) e ecossistemas associados (ilhas oceânicas, restingas, manguezais, florestas costeiras, campos de altitude e enclaves de campos rupestres) (Castro, 2003; Reunião Nacional sobre a Proteção dos Ecossistemas Naturais da Mata Atlântica, 1990: 64).

Em fevereiro de 1993, houve a assinatura do Decreto n. 750, que considerou a Mata Atlântica constituída por um mosaico de diferentes formações florestais e ecossistemas associados. E, após décadas de luta de cientistas e ativistas ambientais pela regulamentação infra-constitucional, a proteção legal ao bioma foi finalmente sancionada em 22 de dezembro de 2006, por meio da Lei federal n. 11.428, mais conhecida como Lei da Mata Atlântica.

A principal estratégia para garantir a existência e posterior acesso público às fontes que contam os meandros dessa história — ou das várias histórias que compuseram o caleidoscópio desse processo legal, científico e político — é a criação de um sistema de guarda, organização e consulta. Esse trabalho começou em 2014 com a organização do Arquivo Augusto Ruschi (AAR), cuja experiência, tecnicamente assessorada por especialistas do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), serviu de projeto-piloto para a captação e o tratamento de novos arquivos pessoais.

O naturalista Augusto Ruschi (1915-1986) ficou mundialmente conhecido por suas pesquisas com beija-flores e por sua militância sistemática em favor do meio ambiente, fato que lhe rendeu o título de *Patrono da Ecologia do Brasil*, concedido pela Câmara Federal em 1994. Formado em Engenharia Agrônoma (1940) e Ciências Jurídicas (1950), Ruschi recebeu instrução em botânica no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde ingressou como assistente voluntário em 1939, posteriormente ascendendo aos cargos de botânico contratado, professor e professor titular.

Ele participou ativamente do processo de institucionalização da biologia no Brasil, por meio da fundação em Santa Teresa, interior do estado do Espírito Santo, de um instituto de pesquisas biológicas e de um periódico de divulgação científica — o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (MBML) e o boletim de mesmo nome. Além de ter sido o primeiro instituto capitaneado de biologia, o MBML foi uma importante referência nacional em conservação ambiental,



tendo desempenhado papel decisivo na criação e/ou consolidação de algumas das primeiras áreas protegidas do Brasil, tais como as do Rio Itaúnas (hoje, Parque Estadual de Itaúnas), Córrego do Veado (hoje, Reserva Biológica do Córrego do Veado) e Nova Lombardia (rebatizada de Reserva Biológica Augusto Ruschi).

Embora sua contribuição para o conhecimento da biodiversidade atlântica seja inegável, e que seu ativismo tenha sido fundamental para a gradual conscientização ecológica da sociedade brasileira, a maioria das obras sobre o legado de Ruschi se apoiou na fala do próprio naturalista, na visão de mundo e de si mesmo que ele expressou em centenas de entrevistas e artigos. Devido a isso, esses trabalhos redundaram, no mais das vezes, em uma leitura romantizada de Ruschi, considerado o “Dom Quixote” das florestas capixabas, ignorando questões relevantes como as ambiguidades, tensões e dilemas presentes nas práticas científicas e políticas que ele efetivamente vivenciou, as quais encontram lastro interpretativo justamente em documentos de arquivo (Gonçalves, 2021).

Com efeito, o que caracteriza os documentos de arquivo “é a função que desempenham no processo de desenvolvimento das atividades de uma pessoa ou um organismo (público ou privado), servindo-lhes também de prova” (Camargo, 2009: 28). Isso quer dizer que esses documentos foram produzidos em contextos específicos, a fim de viabilizar determinados fins. Desse modo, em sua condição de *meio* para a realização de atividades e funções, “o arquivo materializa a personalidade ou a instituição de que resulta” (Fayet *apud* Camargo, 2009: 34).

A partir dos produtos gerados durante o processo de organização do AAR<sup>3</sup> — um catálogo de documentos textuais (Gonçalves; Furtado, 2015), uma biografia (Gonçalves, 2019) e uma tese de doutoramento (Gonçalves, 2021) —, houve a divulgação dessas novas fontes de pesquisa e, conseqüentemente, a atração de pesquisadores, escritores e artistas interessados. Diante disso, o INMA constatou a importância de estruturar um centro de documentação relacionada à sua área de atuação, ampliando a lista de arquivos pessoais visados. Afinal, presentemente não há no Brasil uma instituição de guarda para documentos produzidos no desempenho de atividades ligadas às ciências biológicas e à conservação da natureza.

Paralelamente a essa difusão editorial incipiente, houve ações pontuais em escolas do município de Santa Teresa, no sentido de atender à demanda preexistente em relação à memória de Augusto Ruschi, seu mais ilustre cidadão, e de forjar futuros consulentes para o AAR. A ideia agora é ampliar essa relação, utilizando cartas, fotografias, mapas, jornais e outros documentos de arquivo como matéria-prima para se “ensinar história, ou construí-la, de maneira que o documento não represente uma mera ilustração, mas, sim, que ele suscite

várias perguntas, e que respostas sejam construídas por meio de sua problematização” (Barbosa; Silva, 2012: 57).

Houve também a produção e montagem de um circuito histórico no parque zootômico do MBML, onde está localizada a sede do INMA, durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2022. O objetivo foi apresentar a relação entre a vida de Augusto Ruschi, o surgimento do MBML e a criação do INMA, por meio de reproduções de documentos de arquivo, especialmente fotografias e ilustrações, dispostas ao longo das alamedas do parque, ao ar livre, entre plantas e animais. A proposta era convidar o visitante a caminhar, observar e perceber os elementos que compõem esse museu vivo, o que demandou um diálogo interdisciplinar entre historiadores, biólogos, designers e artistas plásticos, ancorado na documentação do AAR.

Embora incipientes e informais, posto não haver ainda um setor especificamente destinado a criar e estruturar ações e programas educativo-culturais, essas experiências renderam o interesse de agentes públicos ligados à educação patrimonial e o interesse do INMA em investir nessa área, concomitantemente à aquisição de novos arquivos pessoais. Inicialmente, a captação desses arquivos teve por meta os cientistas e conservacionistas ligados à extinta FBCN — primeiro, em razão do pioneirismo desempenhado por essa organização civil nas pesquisas, articulações políticas e conscientização social para as causas ambientais que, no Brasil dos anos 1960-1980, mobilizavam baixíssimo interesse popular e midiático; segundo, devido à própria existência no AAR de cartas e ofícios produzidos por esses cientistas, atestando os vínculos históricos construídos entre eles e outros atores importantes para a conservação da natureza no Brasil. Felizmente, os tutores legais da documentação de Ademar Coimbra-Filho, Ibsen Câmara e Alvaro Aguirre responderam positivamente ao nosso interesse.

Em 2019, iniciamos o processo de aquisição do arquivo do zoólogo Ademar Faria Coimbra-Filho (1924-2016), considerado o “pai da primatologia” no Brasil. Técnico agrícola formado pela Escola Superior de Agricultura de Minas Gerais, diretor de instituições como o antigo Parque Florestal da Gávea, o Serviço Técnico-Científico do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro e o Instituto de Conservação da Natureza do Estado da Guanabara, a atuação de Coimbra-Filho nas áreas de botânica e zoologia se desdobrou em publicações sobre animais raros e ameaçados de extinção, essências florestais da Mata Atlântica e conservação da natureza. No entanto, ele se notabilizou por suas pesquisas em taxonomia, etologia e criação de primatas neotropicais em cativeiro, sobretudo de micos-leões (*Leontopithecus* spp.) (Gonçalves; Franco, 2022).

A fase inicial de captação envolveu a análise diagnóstica da documentação custodiada pela viúva do zoólogo, Jacqueline Nevière Coimbra, e pelo Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (CPRJ), instituição de pesquisa fundada em 1979 por Coimbra-Filho e colaboradores.

Interrompida pela pandemia da covid-19<sup>4</sup>, essa fase foi preenchida pela leitura de seus escritos, da qual destaco a íntima relação promovida por ele entre pesquisa científica e ações conservacionistas, até então pouco ou nada explorada na primatologia. Ao defender iniciativas governamentais para a conservação de primatas ameaçados de extinção, Coimbra-Filho contribuiu para a preservação de remanescentes da Mata Atlântica brasileira, por meio da criação de áreas protegidas como a Reserva Biológica de Poço das Antas (1974) e a Reserva Biológica de Una (1980).

Dono de um temperamento colérico, Coimbra-Filho não deixou de se posicionar sobre assuntos polêmicos nos meios conservacionistas, tais como a utilização do eucalipto para fins de reflorestamento, o apoio à caça em áreas apropriadas a esse fim e a defesa do alistamento militar de indígenas da Amazônia (Corrêa; Brito, 2006: 39; Urban, 1998). Polêmicas à parte, muitas delas mapeáveis em cartas e ofícios produzidos por ele, Coimbra-Filho foi peça fundamental no esforço político e acadêmico de elaboração e depois consolidação do “conceito abrangente” de Mata Atlântica.

Trata-se de uma definição relativamente arbitrária acerca dos limites “originais” do bioma, cuja abrangência é o resultado de dados científicos e de um consenso político costurado entre ONGs, cientistas e órgãos públicos ambientais sobre o tamanho da área a ser legalmente protegida. Após vários debates realizados entre os anos 1980-1990, ficou assentado que esse bioma compreenderia toda a costa brasileira, avançando para o interior do país e incorporando formações vegetais do interior nordestino, hoje dominadas pela caatinga; áreas da região sul compostas por florestas com araucárias; e extensas florestas sazonais localizadas na interseção com o Cerrado (Castro, 2003; Coimbra-Filho; Câmara, 2005).

A propósito desse tema, tudo leva a crer que o almirante Ibsen de Gusmão Câmara tenha sido “o criador intelectual do conceito abrangente de Mata Atlântica”, tal qual viria a ser adotado nos documentos oficiais e legais dos anos 1990 em diante. O caráter inovador desse conceito está na articulação entre fitogeografia histórica, paleoecologia climática e biologia da conservação. Ele veio a lume no *Plano de Ação para a Mata Atlântica*, publicado por Câmara em 1991 com o financiamento do Fundo Mundial para a Natureza (World Wide Fund for Nature – WWF) e a chancela da Fundação SOS Mata Atlântica. O Plano foi acolhido por parlamentares e órgãos técnicos do governo brasileiro, demonstrando, assim, a grande capacidade de síntese conceitual e de articulação política por parte de Câmara (Castro, 2003: 116), cujo arquivo pessoal (nato digital) foi doado ao INMA em maio de 2022 por sua filha, Sônia Câmara.

Ibsen de Gusmão Câmara (1923-2014) foi um militar apaixonado por história natural, que se tornou um paleontólogo autodidata reconhecido em sua época por profissionais da

área e um conservacionista respeitado entre os diferentes promotores da causa — em especial, da proteção ao ambiente aquático. Ao longo de sua carreira na Marinha, ocupou cargos estratégicos, como os de diretor da Escola de Guerra Naval (1975) e vice-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (1977).

Do alto escalão a partir de onde atuava, Câmara costurou importante articulação política para proibir a caça às baleias, sempre com base em argumentos científicos que demonstrassem a insustentabilidade dessa atividade. Após ter sido reformado em 1981, dedicou grande parte de suas energias à conservação da natureza, tendo assumido a presidência da FBCN (1981-1987) e atuado como conselheiro da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema) e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) (Corrêa; Brito, 2006; Urban, 1998).

Em 2022 houve, ainda, a aquisição de documentos deixados pelo engenheiro agrônomo e naturalista Alvaro Coutinho Aguirre (1899-1987), idealizador do Parque de Refúgio de Animais Silvestres Soorotema, no norte do Espírito Santo — o primeiro do gênero no Brasil — e autor do livro *O Mono Brachyteles arachnoides* (1971), obra seminal sobre a biologia, o comportamento e a conservação do miqui, espécie de primata considerada extinta até os anos 1960. Entre 1933 e 1959, ele foi servidor da antiga Divisão de Caça e Pesca (DCP), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, no qual realizou diversos levantamentos e pesquisas a respeito de espécies cinegéticas e ameaçadas de extinção nas diferentes regiões do Brasil.

À parte de suas contribuições para a zoologia, Aguirre registrou costumes, impressões e imagens de grupos sociais encontrados nos rincões brasileiros, a exemplo de pescadores do Espírito Santo, zagaieiros do Pantanal mato-grossense e caçadores do interior de Minas Gerais. A propósito disso, seus cadernos de memória e cadernetas de campo revelam que caçar era *hobby* de infância de Aguirre que, com as devidas e enérgicas críticas à prática ilegal e indiscriminada, não via incompatibilidade intrínseca entre caça e conservação da fauna. Um paradoxo capaz de deixar ao menos intrigados os ambientalistas contemporâneos mais rígidos, muito embora, devolvida ao contexto da primeira metade do século XX, a caça esportiva e científica fosse prática corrente mesmo entre os mais apaixonados conservacionistas.

Alexandra Aguirre, neta e tutora dos arquivos desse naturalista, doou ao INMA 1.312 documentos, sendo 829 textuais, 474 iconográficos e nove tridimensionais — todos eles, à exceção dos tridimensionais, já higienizados e digitalizados dentro de uma experiência que estamos chamando de “digitalização de segurança”. Embora conscientes de que o sentido primeiro da digitalização seja, segundo as práticas arquivísticas correntes, dar acesso amplo e irrestrito à consulta pública (Conselho Nacional de Arquivos, 2010), esse primeiro



escaneamento — em resolução de 300 DPI, com documentos organizados em séries bastante amplas, armazenados “em nuvem” — visa promover a segurança física dos documentos.

Parte da literatura especializada em digitalização de documentos de arquivo está preocupada, especialmente, com questões teórico-metodológicas e tecnológicas para garantir longevidade digital e recuperação da informação para o amplo acesso público. Para que isso ocorra, é necessário adotar procedimentos que assegurem a legibilidade, a integridade do conteúdo e a organicidade característica do documento de arquivo, o que inclui a organização e descrição prévias dos documentos, além do constante monitoramento dos suportes digitais (*hardware*, *software* e formatos disponíveis), a fim de nos anteciparmos à inevitável obsolescência tecnológica desses suportes (Besser, 2010; Pajeú; Moura; Carvalho, 2018; Rocha; Silva, 2004, 2007; Thompson Flores, 2015).

No entanto, essa literatura pouco se debruça sobre realidades ainda muito aquém das condições ideais ao trabalho arquivístico: o que fazer diante da urgência em proteger a integridade dos conjuntos documentais físicos que se acumulam em instituições com poucos recursos financeiros e humanos, sobretudo em um contexto de perdas patrimoniais sucessivas em todo o país? Diante do histórico recente de incêndios em importantes instituições culturais do país — Museu da Língua Portuguesa (2015), Instituto Butantan (2010), Memorial da América Latina (2013), Cinemateca (2016), Museu Nacional (2018) —, como lidar com a ansiedade dos potenciais doadores para que garantias mínimas de segurança sejam dadas aos seus arquivos? Que tipo de resposta podemos oferecer, no curto e médio prazos, aos gestores públicos — mesmo àqueles que compreendem o ritmo necessariamente lento do trabalho de organização e descrição que, idealmente, precede a digitalização —, diante de sua responsabilidade jurídica, política e social pela salvaguarda dessa documentação?

Se, por um lado, é certo que essa função seria melhor executada por um sistema adequado de guarda documental, por outro lado a “digitalização de segurança”, de caráter experimental, representa uma tentativa para lidar com o fato de que as políticas públicas de prevenção ao fogo e outras ameaças sofridas pelas instituições históricas, culturais e científicas brasileiras não têm recebido a atenção e investimento necessários. Daí o sentido de experimentarmos uma solução intermediária, digitalizando pequenos acervos, em bom estado de conservação, com uma organização preliminar mínima (séries e subséries baseadas nas principais funções desempenhadas por seu titular) e armazenamento em nuvem.

Do ponto de vista técnico, nosso desafio tem sido conferir uma organização mínima para que os documentos assim digitalizados possam, com mais tempo e recursos, ser organizados conforme preconizam os manuais de arquivologia. Em outra frente de batalha,

que corre paralela a esta, o desafio tem sido criar e explorar novas possibilidades de interface entre arquivo e sociedade, a fim de estimular nos diferentes públicos, para além dos especialistas e acadêmicos, o apreço pelo patrimônio cultural, pela reflexão histórica, pela ciência e conservação da natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criado em 2014, o INMA é uma instituição jovem, empenhada em construir sua própria identidade e em se estabelecer como referência entre grupos sociais, gestores públicos, cientistas e órgãos de pesquisa em relação à ciência e conservação da Mata Atlântica brasileira (Instituto Nacional da Mata Atlântica, 2021). Porque os processos identitários estão intimamente relacionados a determinados fatos, personagens e memórias, é importante pinçar do fluxo inesgotável que é o passado, aqueles eventos e pessoas que se quer recuperar e vincular à imagem da instituição (Nora, 1993), conferindo-lhe a almejada posição de referência nas questões envolvendo esse bioma.

Particularmente em relação à Mata Atlântica, sabe-se que, a despeito de sua devastação sistemática e em ritmo acelerado ter se iniciado há, pelo menos, cinco séculos, as medidas para sua proteção como totalidade biogeográfica e política — vale dizer, como um *bioma* ou *domínio* protegido por dispositivos legais do Estado brasileiro — são muito recentes e coincidem com o momento histórico da redemocratização do país, no qual determinados atores sociais (em especial, ONGs ambientalistas e personalidades destacadas da sociedade civil) começaram a se organizar e a atuar de maneira mais contundente para pressionar agentes e opinião pública por medidas protetivas (Castro, 2003; Cunha; Cruz; Fonseca, 2019).

Além de fundamentais para a construção de uma memória institucional e social identificadas com a produção de conhecimentos científicos ligados à natureza, capazes de nortear políticas públicas para a sua conservação, os arquivos pessoais dos cientistas-conservacionistas aqui brevemente tratados servem de matéria-prima para discutir as ideias e estratégias de diferentes personagens em seus contextos específicos de atuação. Trata-se de uma importante contribuição para a desmistificação tanto da ideia de “Ciência” como entidade autônoma e descolada da sociedade, quanto da noção equivocada de que a história é uma sucessão de fatos inequívocos, cronologicamente encadeados entre si. Como nos ensina Bellotto (2008: 264), “a história não é a ressurreição do passado; é o torná-lo inteligível, sem deformá-lo. O procedimento para alcançar esse objetivo é a pesquisa histórica”.

A pesquisa histórica, necessariamente baseada em fontes — sejam elas textuais, orais, imagéticas, paisagísticas, entre outros tantos tipos —, encontra nos arquivos pessoais



importantes aliados, na medida em que eles, além de espelharem as atividades de seus titulares, permitem que o pesquisador acompanhe o desenrolar cotidiano dessas atividades, mesmo que “à revelia de seus produtores”, isto é, independentemente do que falam sobre si mesmos, do que querem ou não apresentar para a posteridade ou daquilo que supostamente poderia macular “uma imagem cunhada socialmente” (Koyama, 2017: 174). Os documentos de arquivo permitem que, a partir de inquietações do presente, os leitores construam e reconstruam eventos e personagens, destacando suas particularidades, contribuições e sucessos, bem como seus fracassos, tensões, disputas ou controvérsias.

Para dar conta de uma história que demanda ser contada e de uma memória que urge ser (re)construída, pretendemos fortalecer os trabalhos de difusão de fontes que discutem as preocupações e os cuidados com a natureza no último século, a fim de aprofundar seu acesso ao público. Em busca de potencializá-lo, a aposta institucional será sua digitalização e publicização em mídias sociais do INMA. E para qualificar esse acesso, será fundamental o investimento em diferentes estratégias de aumentos da interface entre arquivo e público amplo (leia-se, não especialistas e escolares), mirando o desenvolvimento de propostas culturais e educacionais mais dinâmicas e reflexivas, nas quais os(as) cidadãos(as) se sintam motivados(as) a participar de um processo que se pretende culturalmente mais acessível e ambientalmente mais responsável.

## NOTAS

**1** O INMA é uma instituição relativamente nova, criada pela Lei federal n. 12.954 de 2014, que tem buscado se estabelecer como centro de referência em ciência e conservação da Mata Atlântica perante a sociedade e entre institutos, programas e grupos de pesquisa mais antigos que atuam nesse mesmo nicho de pesquisa. Ele faz parte da estrutura do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e herdou o patrimônio do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (MBML), localizado no Espírito Santo, cujo parque zoológico funciona como sede do INMA, polo de atração turística (o segundo mais visitado do estado) e espaço não-formal de educação.

**2** Atualmente, entre 12% e 16% do território total do *domínio* Mata Atlântica, ou entre 22% e 28% do *bioma* Mata Atlântica, apresentam remanescentes semelhantes à cobertura original ou histórica, isto é, da época pré-colonial. As porcentagens variam de acordo com o autor e a terminologia empregada (Cunha; Cruz; Fonseca, 2019: 339).

**3** Atualmente, em fase final de organização.

**4** A fase de captação do arquivo pessoal de Coimbra-Filho foi retomada no segundo semestre de 2021 e concluída em maio de 2022. No momento, esses documentos encontram-se em

fase de leitura e classificação preliminares, com vistas ao que estamos chamando de “digitalização de segurança”, conforme discutiremos adiante.

## REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, Á. C. *O Mono Brachyteles arachnoides*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1971.
- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1988.
- BARBOSA, A. C. O.; SILVA, H. R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, 2012.
- BELLOTTO, H. L. Arquivos pessoais como fonte de pesquisa. In: BELLOTTO, H. L. (Org.). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 263-270.
- BENCHIMOL, J.; EDLER, F.; SÁ, M. R. Entrevista com Jaime Benchimol, Flávio Edler e Magali Romero Sá [entrevista concedida a Maria Rachel Fróes da Fonseca e Sílvia Ninita de Moura]. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 7-32, 2013.
- BESSER, H. Longevidade digital. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 57-70, 2010.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155, 39 v.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 janeiro 2023.
- CABRAL, R. M. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-44, 2012.
- CÂMARA, I. G. *Plano de Ação para a Mata Atlântica*. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1991.
- CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009.
- CASTRO, L. C. *Da biogeografia à biodiversidade: políticas e representações da Mata Atlântica*. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- COIMBRA-FILHO, A. F.; CÂMARA, I. G. *Os limites originais do bioma Mata Atlântica na região Nordeste do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, 2005.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. *Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes*. Rio de Janeiro: Conarq, 2010. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proad/documentos/2018/38de0a593ed36b780ed061b6304075f8.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.
- CORRÊA, M. S.; BRITO, M. F. *Água mole em pedra dura: dez histórias de luta pelo meio ambiente*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2006.
- CUNHA, A. A.; CRUZ, C. B. M.; FONSECA, G. A. B. Mata Atlântica Legal: integrando as visões da biogeografia às políticas públicas para conservação de um *hotspot* de biodiversidade. *Sustainability in Debate*, Brasília, DF, v. 10, n. 3, p. 337-353, 2019.



DEAN, W. *A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBUS, A. G. Ciência e história: o nascimento de uma nova área. In: ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; MBELTRAN, M. H. R. (Org.). *Escrevendo a história das ciências: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: Educ: Livraria Editora da Física: Fapesp, 2004.

FERRAZ, M. H. M.; AFONSO-GOLDFARB, A. M.; WAISSE, S. Reflexões sobre a constituição de um corpo documental para a história da ciência: um estudo de caso do Brasil colônia e Brasil reino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 42-53, 2013.

FIGUEIRÔA, S. F. M. Para pensar as vidas de nossos cientistas tropicais. In: HEIZER A.; VIDEIRA A. P. (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

FIGUEIRÔA, S. F. M. A propósito dos estudos biográficos na história das ciências e das tecnologias. *Fênix*, Uberlândia, v. 4, n. 3, p. 1-14, 2007.

FRANCO, J. L. A. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. *História*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 21-48, 2013.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. *Textos de História*, v. 17, n. 1, p. 59-84, 2009a.

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009b.

GONÇALVES, A. *Augusto Ruschi: notas biográficas*. Santa Teresa: Instituto Nacional da Mata Atlântica: Comunicação Impressa, 2019.

GONÇALVES, A. S.; FRANCO, J. L. A. Ademar Coimbra-Filho: primatologia, áreas protegidas e conservação da natureza no Brasil. *História*, São Paulo, v. 41, p. 1-26, e2022043, 2022.

GONÇALVES, A. S.; FURTADO, M. F. *Catálogo do acervo textual de Augusto Ruschi no Instituto Nacional da Mata Atlântica (Museu de Biologia Prof. Mello Leitão)*. Vila Velha: Above, 2015.

GONÇALVES, A. S. *A militância ambiental de Augusto Ruschi: práticas científicas e estratégias políticas para a conservação da natureza no Brasil (1937-1986)*. Santa Teresa: INMA: Comunicação Impressa, 2021. E-book. Disponível em: <https://www.gov.br/inma/pt-br/assuntos/publicacoes/a-militancia-ambiental-de-augusto-ruschi/view>. Acesso em: 5 dez. 2022.

HEYMANN, L. Se arquivar: arquivos pessoais como escritas de si? In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (Org.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p. 51-59.

HEYMANN, L. De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados". In: SEMINÁRIO PRONEX DIREITOS E CIDADANIA, 1., 2005, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. p. 1-10.

INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA. *Plano Estratégico 2021-2030*. Santa Teresa: INMA, 2021.

KOYAMA, A. C. De fantasmagorias a alegorias: desafios da Educação e(m) Arquivos. In: SIMAN, L. M. C.; MIRANDA, S. R. (Org.). *Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017. p. 171-187.



- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- MITTERMEIER, R. *et al.* Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. *Megadiversidade*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 14-21, 2005.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PAJEÚ, H. M.; MOURA, R. R.; CARVALHO, D. O. Organização e classificação de documentos digitais de arquivos pessoais nas nuvens. *Ciência da Informação em Revista*, Maceió, v. 5, n. 3, p. 58-70, 2018.
- PESTRE, D. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/Unicamp*, Campinas, v. 6, n 1, p. 3-56, 1996.
- REUNIÃO NACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS ECOSISTEMAS NATURAIS DA MATA ATLÂNTICA, 1., 1990, Atibaia. *Anais* [...]. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 1990.
- ROCHA, C. L.; SILVA, M. Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital brasileiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 17, n 2, p. 131-140, 2004.
- ROCHA, C. L.; SILVA, M. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, n 1-2, p. 113-124, 2007.
- SHAPIN, S. *A revolução científica*. Algés: Difel, 1999.
- SILVA, M. C. S. M.; TRANCOSO, M. C. D. Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 849-861, 2015.
- THOMPSON FLORES, M. F. C. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 240-251, 2015.
- URBAN, T. *Saudade do matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.
- WORSTER, D. A natureza e a desordem da história. In: FRANCO, J. L. A. *et al.* (Org.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 367-384.

